

SUMÁRIO

Observatório Distrital de Água, Saneamento e Saúde:

3 ▶ uma Plataforma de Promoção de Transparência, Participação e Responsabilização

5 ▶ Observatório do Lago trouxe soluções para os problemas de Água e Saneamento...

7 ▶ Ecos do Observatório Distrital de Água, Saneamento e Saúde do Lago

8 ▶ A abordagem do DFID baseada no financiamento em função do desempenho

10 ▶ CCM promotor da boa governação, em Cabo Delgado

15 ▶ A integridade é crucial para o funcionamento e sustentabilidade dos SAA

17 ▶ Sociedade Civil promove processos participativos de planificação, orçamentação, transparência e prestação de contas, no distrito da Manhica ...

23 ▶ Transparência na Governação de Águas

ÁGUA
Revista água | Edição Especial

CFPAS
Centro de Formação Profissional de Água e Saneamento

WIN Water Integrity Network

HELVETAS

Distribuição Gratuita | Dezembro 2017



Ficha Técnica

Propriedade:	Centro de Formação Profissional de Água e Saneamento (CFPAS)
Editor:	Jorge Manuel da Conceição Júnior
Coordenação:	Fernando Curasse
Colaboração:	Hélder Xavier
Layout & Impressão:	CIEDIMA, LDA
Financiamento:	Cooperação Suíça para o Desenvolvimento (SDC) e Water Integrity Network
Tiragem:	1000 exemplares
Revista Água:	Registada sob o número 0883/FBM/91

Avenida do trabalho n° 1441, Maputo

- Telefax: 21-405481
- Cell: 82 310 5500
- www.cfpas.co.mz

EDITORIAL

A utilidade das ferramentas de promoção da transparência, participação e prestação de contas para a boa governação

A publicação que o estimado leitor tem em mãos retrata boas práticas referentes à promoção da transparência, participação e prestação de contas. Com efeito, os Observatórios de Desenvolvimento Distrital em Água, Saneamento e Saúde constituem uma plataforma de interação entre a comunidade, o governo distrital e a sociedade civil, na perspectiva de prestação de contas, por parte da classe dirigente, sobre o que se está a fazer, o que falta fazer e o que está a acontecer, em matéria de Água, Saneamento, Higiene e Saúde, a nível de Distrito.

Já a abordagem do DFID, caracterizada pelo financiamento baseado no desempenho, leva os implementadores dos projectos a pautarem pela transparência, prestação de contas e garantia da participação dos beneficiários, no processo de construção de infra-estruturas, pois os beneficiários estão capacitados para exigir serviços que lhes satisfaçam. A ferramenta do DFID congrega a questão da percentagem e da qualidade das obras construídas.

A Feira de Planos é uma outra ferramenta retratada nesta revista, a qual possibilita um diálogo entre as autoridades do governo e a comunidade, no processo de identificação das necessidades e sua priorização para a integração no Plano Económico e Social do Distrito.

A experiência do uso do Cartão de Pontuação Comunitária (CPC), para medir o nível de satisfação das comunidades, na perspectiva de se identificar os problemas e incluí-los na planificação participativa, que começa ao nível da localidade, é, igualmente, uma ferramenta eficaz abordada nesta edição. Trata-se de uma abordagem que privilegia a transparência e mostra evidências que levam o governo a ter que encontrar soluções para responder à solicitação para a prestação de serviços públicos.

Em jeito de reflexão, a presente publicação contém dois artigos sobre transparência, no sector de Águas, um dos quais resulta do estudo efectuado pelo Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), em parceria com a Helvetas.

Para partilhar uma experiência asiática, em matéria de prestação de contas, transparência e participação, a revista contempla uma conversa que retrata a experiência do Nepal.

Outro destaque, nesta publicação, é um projecto denominado "Apoio à Sociedade Civil para promoção dos direitos de acesso à informação e liberdade de expressão, através da promoção da melhoria dos processos democráticos e participativos de planificação, orçamentação, transparência e prestação de contas". Trata-se de uma experiência que mostra o quão a planificação e a orçamentação participativa são cruciais para a melhoria do acesso à água e promoção do saneamento.

Esperamos, com esta nossa contribuição, sensibilizar o sector de Águas a pautar por boas práticas de governação, com fundamento em questões de integridade, como forma de elevar a cobertura do abastecimento de água, no país. Mãos à obra, sector de Águas.

Observatório Distrital de Água, Saneamento e Saúde: uma Plataforma de Promoção de Transparência, Participação e Responsabilização



Participantes no ODASS de Chimbunila

O Observatório Distrital de Água, Saneamento e Saúde (ODASS) é uma experiência interessante trazida pelo Programa Governança Transparente para Água, Saneamento e Saúde (GoTAS), que está a ser implementada na província do Niassa, nos distritos onde o Programa opera, nomeadamente Sanga, Lago e Chimbunila. Trata-se de uma ferramenta importante, no âmbito da boa governação, uma vez que estão lá presentes representantes do governo, desde o nível distrital, até ao nível de localidade, Organizações da Sociedade Civil (OSC) e da comunidade, o que propicia a operacionalização de três dos quatro pilares que a Perspectiva Global de Integridade da

Água 2016 designa *Muralha da integridade*, designadamente: transparência, participação e prestação de contas.

Essência e formato do ODASS

O ODASS é um espaço onde ocorre a partilha de informação sobre as realizações e experiências dos diferentes intervenientes; a prestação social de contas sobre o grau de implementação dos planos de Governação, em Água e Saneamento, e a prestação de contas sobre o nível de sustentabilidade dos serviços AguaSan¹, pelas comunidades.

¹ Água e Saneamento

Nas sessões do ODASS, são apresentadas comunicações sobre o seguinte:

- Desempenho do sector de Água e Saneamento, na implementação dos PESOD's²;
- Desempenho do sector da saúde, na promoção da prevenção e combate a problemas de saúde pública;
- Grau de satisfação sobre a provisão dos Serviços de Água e Saneamento;
- Experiências do Sector Privado, enquanto actor, na provisão dos Serviços de Água e Saneamento.

Objectivos do Observatório Distrital de Água, Saneamento e Saúde

Os Observatórios Distritais de Água, Saneamento e Saúde visam:

- Reforçar os actuais mecanismos de participação, para um processo de diálogo efectivo e permanente, em torno dos progressos e desafios do sector;
- Contribuir para um processo de planificação orientado para monitoria e avaliação do grau de cumprimento das metas definidas nos instrumentos de planificação, em diferentes níveis;
- Proporcionar a aprendizagem colectiva, entre as comunidades, através de troca de experiências, boas práticas e iniciativas comunitárias inovadoras ligadas ao sector de Água e Saneamento.

Produto do Observatório

O resultado do ODASS é uma matriz de problemas e as recomendações assumidas como compromisso, pelos intervenientes, para seguimento e/ou Monitorização conjunta. A título de exemplo, os observatórios realizados, no âmbito do GoTAS, resultaram no seguinte:

- Revitalização dos Conselhos Locais (CL's) e capacitação dos respectivos membros;

- Partilha de planos distritais, incluindo contratos de construção, ao nível do Posto Administrativo, para permitir a monitoria, a nível local;
- Fiscalização da implementação, por parte do Governo, para sancionar os incumpridores dos contratos públicos;
- Reforço dos processos de capacitação comunitária, por parte das OSC, para garantir a sustentabilidade dos serviços de AguaSan.

Lições dos Observatórios de Água, Saneamento e Saúde

Os Observatórios de Água e Saneamento tem o condão de:

- Reforçar o exercício de cidadania e a cultura de prestação de contas de todos actores;
- Representar um exercício de transparência e participação activa e consciente, em todos os processos da gestão;
- Criar um sentimento de apropriação das abordagens do programa GoTAS, pelas comunidades;
- Operacionalizar o envolvimento comunitário, em questões de água, saneamento e saúde;
- Reforçar o princípio de responsabilização e, por conseguinte, promover a melhoria do desempenho e dos serviços.

² Plano Económico, Social e Orçamento do Distrito

Observatório do Lago trouxe soluções para os problemas de Água e Saneamento...



ODSASS realizado no Lago

O Programa GOTAS organizou, na sua primeira fase (terminou em 2017), na sala de sessões do Governo Distrital do Lago, na província do Niassa, o Observatório Distrital de Água, Saneamento e Saúde (ODSASS), sob o lema *problemas locais, soluções locais*. O evento foi presidido pela Administradora do Distrito do Lago, Deolinda Nhiumane Jossefa, e contou com a presença da presidente do Município da vila de Metangula, acompanhada pelo vereador para a área de saúde, e de todos actores ligados à água e saneamento, a nível do distrito, designadamente chefes de postos administrativos e de localidade, líderes comunitários, secretários dos bairros, líderes religiosos, membros dos conselhos consultivos e parceiros do sector da saúde.

Efectivamente, o observatório acima envolveu a comunidade, como parte da solução dos problemas, porque o governo do Distrito

reconhece a importância da transparência, participação e prestação de contas. Neste contexto, na altura, a Administradora do Distrito do Lago enalteceu o facto do ODSASS ser um fórum consultivo participativo envolvendo o Governo do distrito, as comunidades e parceiros e, por isso, fundamental para a promoção de desenvolvimento sócio-económico sustentável, no concernente à planificação, monitoria e avaliação dos instrumentos de planificação do Governo, assim como na reflexão e partilha de experiências e boas práticas, nas componentes de água, saneamento e saúde, com vista à melhoria das condições de vida das camadas vulneráveis. “O ODSASS promove a transparência na prestação de contas e eleva o grau de responsabilização, uma vez que todos os intervenientes no abastecimento de água e saneamento são chamados a dar a sua contribuição para ultrapassar os desafios com

os quais se deparam”, disse a Administradora do lago, no seu discurso.

Recomendações-chave:

Com vista à melhoria do Abastecimento de Água e Saneamento, o ODASS realizado no distrito do Lago recomendou o seguinte:

- Construção de latrinas, para pessoas com deficiência;
- Disponibilização de informação sobre as avarias de fontes de água;
- Os governantes devem falar com as pessoas, para perceber o que se passa e tomar decisões para a solução dos problemas que encontram;
- Os líderes locais devem sensibilizar as pessoas sobre onde devem ir buscar a água, para prevenção de doenças; visitar igrejas; fazer a disseminação de mensagens e efectuar visitas porta-a-porta;
- Nos bairros e localidades, as famílias devem efectuar jornadas de limpeza, para eliminar focos de contaminação de doenças;
- O secretário do Bairro deve fazer visitas porta-a-porta, para promover a construção de latrinas e, ele próprio, antes disso, deve

ter uma latrina para servir de exemplo;

- Divulgação da Política de Água, nas comunidades;
- Dotar os chefes dos Postos Administrativos e de localidades de informações sobre a lei dos órgãos locais do Estado;
- Realização de um seminário sobre os papéis de cada líder, em função do seu nível, no distrito;
- Participação dos chefes dos Postos Administrativos e de localidade, na elaboração do PESOD;
- Todas as pessoas devem saber o que é necessário para se ter acesso a uma fonte de água e é preciso divulgar essa informação para as pessoas;
- Em cada ano, deve-se efectuar a análise da qualidade da água para a prevenção de doenças e, por isso, as comunidades devem deixar de afugentar os técnicos, quando estes vão ao terreno;
- As boas práticas das comunidades da Malangalanga³ e Gaza⁴ devem ser replicadas.

³ Bairro situado no Posto Administrativo de Meluluca, distrito do Lago

⁴ Bairro situado no Posto Administrativo de Meluluca, distrito do Lago



O Observatório do Lago instruiu os líderes comunitários, para promoverem boas práticas, nas suas áreas de jurisdição

Ecossistema do Observatório Distrital de Água, Saneamento e Saúde do Lago



Eco do ODASS do Lago: promoção de boas práticas para prevenção da cólera

No final do observatório distrital de Água, Saneamento e Saúde realizado no distrito do Lago, a nossa reportagem ouviu opiniões de alguns participantes. Lidónio Mussagy, Director do SDPI⁵ do Lago, considerou o evento relevante, por promover a transparência na governação e a participação das comunidades, na gestão das fontes de água e construção de latrinas. “A transparência, prestação de contas e a participação da comunidade são fundamentais para a boa governação e melhoria do abastecimento de água às comunidades”, enalteceu Lidónio. Por seu turno, a Presidente do Conselho Municipal de Metangula, Sara Mustafa, defendeu que o Observatório ajuda a melhorar a governação local e, por isso, deve-se encorajar este tipo de

eventos em espaços de tempo não muito distantes, para permitir um acompanhamento contínuo do que se está a passar. “É importante que se preste contas, em prol de uma maior transparência e, fundamentalmente, de uma boa governação, por isso, a realização de observatórios distritais de água, saneamento e saúde recomenda-se”, realçou Sara.

Já a Administradora do distrito do lago, Deolinda Jossefa, defendeu que os Observatórios ajudam na prestação de contas e na promoção da transparência. “O GoTAS, com este observatório, mostrou a necessidade de se exigir aos chefes dos Postos Administrativos que submetam, à Administração, os balanços trimestral, semestral e anual. Irei confrontar, no terreno, como forma de promover a transparência, o que me for informado nos relatórios”, disse a timoneira do Lago.

⁵ Serviço Distrital de Planeamento e Infra-estruturas

A abordagem do DFID baseada no financiamento em função do desempenho



Rita Zacarias, do DFID, à direita, no intervalo do seminário de discussão sobre o Programa Nacional de Água e Saneamento Rural 2017 - 2030, em conversa com Angelina Xavier, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

O DFID⁶ está a implementar a abordagem do financiamento baseado no desempenho, que potencia a promoção da transparência, participação e prestação de contas. Com efeito, partindo da monitoria da implementação das actividades de um dado projecto, o DFID consegue levar os implementadores dos projectos a pautarem pela transparência, prestação de contas e garantir a participação dos beneficiários, no processo de construção de infra-estruturas, pois os beneficiários estão capacitados para exigir serviços que lhes satisfaçam, graças à educação comunitária que tiveram, no âmbito da promoção da mudança de comportamento.

Trata-se de uma boa prática que vale a pena partilhar, pois os implementadores são cobrados

pelos beneficiários e financiadores e obrigados a pautar pela transparência e prestação de contas, o que resulta na edificação de infra-estruturas de qualidade e sustentáveis.

Na conversa mantida com a nossa reportagem, a consultora do DFID, Rita Zacarias, afirmou que a abordagem do Financiamento de projectos baseado no Desempenho surgiu no âmbito da busca das melhores abordagens de financiamento para o sector de Águas. De acordo com a nossa fonte, o DFID decidiu enveredar por uma estratégia visando a melhoria da implementação das actividades dos seus projectos de Água e Saneamento, que consiste em financiar tendo em conta o desempenho dos implementadores dos programas por si financiados, na perspectiva de mudar algo, em termos de resultados dos projectos, que não têm sido os esperados, em

⁶ *Department for International Development – Departamento para o Desenvolvimento Internacional*

virtude, sobretudo, de desafios na transparência, participação e prestação de contas. Segundo Rita Zacarias, o DFID está a implementar uma nova abordagem de financiamento baseada no desempenho e o objectivo é ver como é possível contribuir para intensificar a monitoria de como a provisão de serviços é feita, porque, ao longo destes anos, não se têm registado ainda mudanças substanciais, daí a nova abordagem neste novo programa de financiamento do DFID.

A essência da abordagem do Financiamento de projectos baseado no Desempenho

Na perspectiva de Rita, com a abordagem do Financiamento de projectos baseado no Desempenho, os implementadores (governos provinciais e distritais), para terem acesso a fundos do DFID, são avaliados em função do seu desempenho e tem-se como base de avaliação um certo tipo de indicadores ligados ao desempenho, para se conseguir atingir as metas dos distritos. Isto exige que, entre os indicadores, haja os que estão relacionados com o número de fontes de água ou latrinas e outros concernentes ao grau de desempenho do sector, como, por exemplo, o indicador que tem a ver com a percentagem dos serviços de *procurement* feitos, a nível do distrito.

Prosseguindo, a nossa interlocutora afirmou que não é só a percentagem que conta, também é preciso ver qual a qualidade da mesma e isto leva-nos à questão da descentralização, a nível local, onde se vê questões de transparência com prestação de contas, cujos indicadores são a combinação entre o planificado e o que apresentam os relatórios, por exemplo, em termos de resultados. A questão é como se combina o planificado com o que é reportado. “A preocupação do DFID é com a qualidade de fontes, a quantidade de pessoas que se beneficiam dessas fontes e o que é que as pessoas dizem, em relação à satisfação pelo serviços providenciados à população, nos diferentes níveis, e isto pressupõe a monitoria dos serviços providenciados, até ao nível dos Comités de Água e Saneamento (CAS)”, clarificou Rita.

Paralelamente, a nossa interlocutora frisou que o DFID defende que a sustentabilidade do abastecimento de água é crucial, daí a grande preocupação não só com o funcionamento das infra-estruturas, mas também com o trabalho

de Participação e Educação Comunitária (PEC). “A sustentabilidade pressupõe uma gestão das fontes de água com transparência, envolvimento dos beneficiários e prestação de contas, mas, por detrás disto, deve haver uma educação comunitária eficaz, que permite a participação efectiva das comunidades, nomeadamente através de contribuições para a manutenção das fontes de água”, destacou Rita.

Outro aspecto importante da abordagem é a capacitação das estruturas locais, nos níveis provincial e distrital, para serem capazes de providenciar serviços sustentáveis (que podem ser medidos ao longo do tempo), através da fiscalização de fontes de água e das latrinas, para satisfazerem as comunidades para o resto da sua vida, de maneira sustentável. Neste aspecto, a nossa fonte explicou que a promoção da mudança de comportamento leva à tendência de se ter uma vida melhor, que demanda mais as regiões locais e obriga os governos locais a responderem positivamente, porque as comunidades estão conscientes sobre o que precisam e a pessoa, quando está capacitada para fazer a demanda, vai exigir que lhe prestem contas do lado da resposta à demanda.

A capacitação para resposta à demanda

O provedor de serviços deve estar apto a responder à demanda, por via do *procurement*, planificação e prestação de contas, o que envolve questões de transparência. Ciente disto, segundo Rita Zacarias, o DFID, com vista a preparar os implementadores, proporciona aos provedores de serviços, um treinamento que contempla os conceitos *procurement*, planificação, gestão financeira, monitoria e avaliação e *reporting*.

Segundo a consultora do DFID, o pagamento em função do desempenho representa uma mais-valia, porque é precedido de uma capacitação e conta com um agente de capacitação que olha para todas as áreas com lacunas, para que os implementadores (o governo) não falhem. De acordo com a representante do DFID, o agente de capacitação, no momento da avaliação, insta os implementadores a providenciarem serviços de melhor qualidade, por causa da monitoria que é fácil e da existência de uma verificação independente, para ajudar as componentes da capacitação do lado da demanda sobre como prover serviços em

função das metas e daquilo que é planificado.

A nossa fonte referiu ainda que o programa está a ser implementado, em regime experimental, em 20 distritos, nas províncias de Nampula e Zambézia e, depois, seguir-se-á o período preparatório. Paralelamente, informou que, a

partir de Setembro de 2018, ter-se-á um novo contexto, concretamente, vai-se testar o que os implementadores vão fazer, na prática. “Por exemplo, 2 distritos, em Nampula e outros 2, na Zambézia, vão fazer o *procurement*, a nível descentralizado”, concluiu Rita.

CCM promotor da boa governação, em Cabo Delgado



Alberto Sabão moderando a realização do trabalho de um grupo, durante a capacitação da Plataforma de Chiúre ocorrida no presente ano

O Concelho Cristão de Moçambique (CCM) é uma organização que tem desempenhado um papel decisivo, na promoção da boa governação, na província de Cabo Delgado, nomeadamente nos distritos de Macomia, onde operou, entre 2012 e 2014, e nos distritos de Montepuez, Palma, Mueda e Mocímboa da Praia, onde presentemente trabalha.

O CCM trabalha com as plataformas distritais da sociedade civil

Abordado pela nossa reportagem, Alberto Sabão, oficial de projectos do CCM, informou-nos que a organização que representa está a trabalhar, actualmente, nos distritos de Montepuez e Mocímboa da Praia, com as plataformas distritais da Sociedade Civil, na criação de CDC's, nos

postos administrativos de Chapa, Napa e Mbu, em Mueda, e em alguns postos administrativos do distrito de Palma. Paralelamente, quer em Mueda quer em Palma, segundo Sabão, o CCM apoia as plataformas locais, na área de Governação, capacitando-as na componente de Advocacia, que inclui a vertente de água, na perspectiva de promoção da participação, transparência e prestação de contas.

CDC desencadeia a participação comunitária, transparência e prestação de contas...

O CDC é a sigla do Conselho de Desenvolvimento Comunitário, que inclui, na sua composição, o CAS. No âmbito da transparência, o CAS gere a venda de água do furo e o dinheiro obtido com a venda de água é dado a conhecer às comunidades/famílias, em encontros que podem ser realizados mensalmente ou trimestralmente. O dinheiro é usado para a reabilitação da própria fonte, em função de um plano, e o CAS está sujeito a uma Auditoria interna, para se verificar o que foi feito com o dinheiro, ou seja, o processo de gestão das fontes pauta pela transparência, uma vez que se presta contas, na presença dos beneficiários da fonte, das contribuições das comunidades/famílias.

De acordo com Sabão, o CDC leva o plano da aldeia para a localidade e depois o mesmo vai até ao Conselho Local do Distrito, o que representa uma vantagem, uma vez que, ao invés de serem apresentados planos por aldeia ou localidade, é apresentado um único plano. “Isto pressupõe que, a partir do plano de necessidades comprovado pela população, o governo presta contas em função do planificado, num processo transparente, o que facilita a implementação e a realização de monitorias”, explicou a fonte.

A título de exemplo, a nossa fonte informou que, em Mocímboa da Praia, existe o Cartão de Pontuação Comunitária (CPC), que permite medir o nível de desempenho, em áreas como saúde, educação e infra-estruturas de água e saneamento e é através do CPC que a componente que estiver deficitária é descoberta e então pede-se contas ao governo. “Este exercício possibilita a solução dos problemas identificados, graças à participação da comunidade que é quem preenche os CPC”, realçou Sabão. Este processo, na óptica do nosso

interlocutor, indicia transparência e prestação de contas, porque, com base na monitoria do plano, o governo presta contas com toda a transparência e com a participação comunitária.

Ainda relativamente ao CPC, a nossa fonte destacou o facto do Município, ao preencher o cartão, não colocar o seu nome e só escrever aquilo que foi feito de bom e o que não está bem e introduzir o cartão na caixa de reclamações. Após 2 meses, de acordo com a nossa fonte, o CCM vai ao Município e convida o governo para um encontro com as comunidades, de modo a tomar conhecimento das preocupações dos cidadãos. “No momento do encontro, lê-se as cartas escritas e identifica-se as melhorias na vida da comunidade, assim como as inquietações das pessoas e, dessa forma, com a participação da comunidade, de forma transparente, encontra-se as soluções adequadas para melhorar o que não está bem”, completou Sabão.

Os governantes já entendem a importância do papel da Sociedade Civil...

Alberto Sabão revelou que alguns governantes viam o CCM como uma instituição que se opõe ao governo, todavia, agora começam a perceber que a preocupação do CCM é contribuir, através da promoção da boa governação, para a melhoria das condições de vida de todos e é por isso que, nos distritos onde opera, a Sociedade Civil (SC) está a tentar todas as formas de fazer entender que a participação comunitária, a prestação de contas e a transparência, por parte do governo, são essenciais para a melhoria das condições de vida das populações.

Impacto da capacitação das plataformas, em Chiúre

Na visão do representante do CCM, a capacitação proporcionada pela Helvetas, em 2017, em Chiúre, vai ajudar na promoção da participação, transparência e prestação de contas, uma vez que o que está a acontecer é que muitas organizações criam plataformas e não sabem qual é a sua essência, mas agora o cenário vai mudar e as plataformas terão outra postura, muito mais profissional. “Esta capacitação dotou as plataformas de conhecimentos básicos sobre os conceitos de Lobby e Advocacia, o que lhes vai permitir dialogar activamente com o governo, no sentido de articular as suas agendas e influenciar

a tomada de decisão, a nível local, baseada na transparência, participação comunitária e

prestação de contas”, argumentou.

A advocacia é crucial na promoção da participação, transparência e prestação de contas



Sessão de advocacia, no distrito de Macomia

A Advocacia é fundamental para se ajudar o governo a melhorar o seu desempenho, bem como as condições de vida das comunidades e a Auditoria Social é uma componente crucial da Advocacia, porque as pessoas passam a ter um maior conhecimento, relativamente à importância e obrigatoriedade da sua participação na vida da sua região, transparência e prestação de contas, no processo de governação efectiva. “Por exemplo, graças à advocacia, que culminou com auditorias sociais, no distrito de Macomia, onde o CCM trabalhou, de 2012 a 2014, a componente de água registou melhorias, pois foram abertos novos furos, nas comunidades, designadamente nos bairros de Napulupo, Nova vida e outros, assim como na aldeia de Mutacata, em que tivemos a oportunidade de visitar e confirmar que

as fontes, até hoje, estão a funcionar”, elucidou Sabão.

Estratégias usadas para o sucesso do abastecimento de água e saneamento, em Macomia...

O CCM, segundo Sabão, contribuiu para a promoção da participação, transparência e prestação de contas, no âmbito do processo de gestão do abastecimento de água e saneamento, através da adopção das seguintes estratégias:

1. Mobilização do governo, para ajudar as comunidades, no que tange à reabilitação de fontes de água, através da Auditoria Social e dos planos comunitários. Por outro lado, o CCM ajudou as comunidades, no sentido de saberem colocar os seus planos, nas Feiras de Planos, ao

nível das localidades e dos Postos Administrativos;

2. Sensibilização da comunidade, através dos CdA, para a necessidade de se efectuar o saneamento do meio, limpeza de furos de água, com *certeza*, e construir pequenos alpendres, destinados a pessoas que vendem água, e latrinas.

O Governo de Macomia entendeu a importância da Auditoria Social...

Alberto Sabão revelou que o CCM foi bem recebido, em Macomia, e o governo local, na pessoa do Administrador, mostrou abertura em trabalhar, lado a lado, com a Sociedade Civil (SC), porque percebeu que esta desempenha um papel importante na promoção da melhoria das condições de vida das comunidades, por isso é um grande parceiro do governo. Isto mostra, claramente, que os governantes, quando entendem a essência, importância e papel da sociedade civil, para a promoção da boa governação, que pauta pelo envolvimento (participação) da comunidade,

prestação de contas e transparência, apoiam e acolhem, de mãos abertas, a sociedade civil e todos ganham com isso.

É importante capacitar os governantes para saberem lidar com a Sociedade Civil...

Para Sabão, a capacitação do governo para lidar com a SC é crucial para a promoção da participação, transparência e prestação de contas, pois é fundamental que o papel da SC seja bem esclarecido, no seio dos governantes, uma vez que a missão da sociedade civil não é de criticar o governo, mas sim agir como um parceiro importante do governo na promoção da boa governação e, conseqüentemente, na melhoria das condições de vida das populações. “A Sociedade Civil ajuda os governantes a governar melhor. É isso que os governantes devem interiorizar, para pautarem por uma governação participativa, transparente e com prestação de contas”, concluiu a nossa fonte.

Feira de Planos: ferramenta de planificação participativa, transparência e prestação de contas



Marcos Wiriamo intervindo num encontro de preparação do observatório de Mecúfi, em 2017

A Feira de Planos é uma ferramenta que permite um diálogo entre as autoridades do governo e a comunidade, no processo de identificação das necessidades e priorização, para que as actividades sejam integradas no PESOD. Neste contexto, Marcos Wiriamo, oficial de projectos da Associação Meio Ambiente (AMA), parceiro de implementação do PROGOAS⁷, explicou, à nossa reportagem, que a Feira de planos possibilita o levantamento de várias necessidades de diferentes áreas, mas o Programa focaliza a água e saneamento, porque a questão da água e saneamento está integrada no PESOD. A nossa fonte informou-nos que a comunidade é que implementa a

Feira, com o apoio do PROGOAS e do governo e, neste processo, inclui-se a prestação de contas.

No acto da planificação, de acordo com Wiriamo, o PROGOAS influenciou, por exemplo, os governos de Chiúre e Mecúfi, no sentido de usarem a matriz de balanço e a matriz de apresentação do PESOD do ano anterior – matriz simplificada-, uma ferramenta que permite o governo apresentar o que conseguiu realizar e o que não conseguiu concretizar do planificado, ou seja, a Feira promove a prestação de contas. Na óptica do nosso interlocutor, a Feira de Planos permite montar o processo de planificação, de modo que as comunidades não façam o levantamento de coisas já planificadas, que ficaram por ser concretizadas, evitando-se a duplicação do levantamento de necessidades.

⁷ Programa de Governação, Água e Saneamento implementado pela HELVETAS Swiss Intercooperation, através da AMA.



Planificação Participativa resulta na recuperação de fontes de água e na capacitação de CdA's

Marcos Wiriamo afirmou que, graças à planificação participativa proporcionada pela Feira de Planos, o PROGOAS, em sintonia com SDPI, introduziu o pacote de Operação e Manutenção Prática (aprender fazendo) e a metodologia resultou na recuperação de 6 fontes, o que significou duas coisas: recuperação das fontes e capacitação dos CAS. Paralelamente, “no âmbito da planificação participativa foi estabelecida uma loja que vende peças sobressalentes para a reparação das fontes avariadas”, completou Wiriamo. A terminar, o nosso interlocutor realçou que a Feira de Planos veio para ficar, mesmo depois da saída dos parceiros, o que é muito bom, mas o grande desafio é a alocação de recursos/fundos, por parte do Governo Distrital.

A planificação participativa resulta na construção e reparação de fontes de água

A integridade é crucial para a sustentabilidade dos Sistemas de Abastecimento de Água

– Afirma Juerg Merz, Director da HELVETAS Swiss Intercooperation, em Moçambique

No âmbito da partilha de informação sobre integridade (Transparência, participação e Prestação de contas), a nossa reportagem conversou com o Director da HELVETAS Swiss Intercooperation, Juerg Merz, que começou por afirmar que a transparência, a prestação de contas e a participação são tópicos fulcrais, para assegurar o funcionamento dos Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) e a sua sustentabilidade. Na sua curta dissertação, mais adiante, Juerg aborda a experiência que viveu no Nepal, onde trabalhou vários anos, e enfatiza que, embora os serviços de abastecimento de água, naquele país, sejam assegurados pelo Governo, a prestação de contas é imprescindível.

Na óptica de Juerg, questões como transparência, participação e prestação de contas devem estar sempre presentes, quando se trata de provisão de serviços de abastecimento de água às populações. “É importante que quer o governo, quer o sector privado, assegurem que os serviços que prestam são participativos, com prestação de contas e transparência”, destacou Juerg.

Relativamente à participação, no abastecimento de água, Juerg disse que, frequentemente, no Nepal, o Governo é obrigado a prover bons serviços e a população paga pelos mesmos e assegura a manutenção das fontes, participando, dessa forma, na promoção da sustentabilidade do abastecimento de água, pois as pequenas reparações são feitas pelos grupos usuários da água.

Segundo Juerg, no âmbito da prestação de serviços de abastecimento de água, no Nepal, são realizadas auscultações públicas que promovem a participação, a prestação de contas e a transparência, onde o Governo central informa à população (usuários), o nome da empresa que vai construir a fonte, explica que 80% do financiamento é disponibilizado pelo governo e 20% comparticipado pela comunidade e discrimina o valor total da obra.

Nas palavras do nosso interlocutor, as fontes de água, no Nepal, são geridas por Grupos de Água, que efectuam um encontro por mês, para efeitos de prestação de contas e tomada de



Juerg Merz em plena visita de campo, no distrito de Chiúre, no âmbito do PROGOAS

decisão sobre a gestão das fontes do sistema de abastecimento de água. Durante as auscultações para a prestação de contas, após a construção da fonte, faz-se uma audição pública, onde os CAS participam e informam a plenária sobre o valor pago pela construção da fonte.

Na prática, de acordo com Juerg, no Nepal, participam, na tomada de decisão, somente homens provenientes das elites e chefes de Vilas decidem sobre o AAS⁸, por conseguinte a questão de género não é considerada, pois há discriminação das mulheres.

Pela sua experiência, no Nepal, Juerg afirma que, para se promover a transparência, prestação de contas e participação, é necessário envolver o Governo, para além dos beneficiários. Para Juerg, a principal questão é que a integridade é crucial para o funcionamento e sustentabilidade dos Sistemas de Abastecimento de Água.

⁸ Abastecimento de Água e Saneamento

Os desafios do sector de Águas estão ligados à planificação e orçamentação



A planificação participativa é crucial para elevação da cobertura do abastecimento de água e saneamento

Em Moçambique, o sector de Águas é marcado por vários desafios relacionados com a planificação e orçamentação. Esta é uma das constatações do estudo sobre “Análise dos investimentos para o sector de água e saneamento, a nível dos distritos de Nacarôa (Nampula) e Chiúre (Cabo Delgado)”, feito pelo Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE). Ainda de acordo com o referido estudo, o investimento para o sector de água e saneamento registou, nos últimos anos, um decréscimo significativo, facto que afectou a quantidade de recursos descentralizados para os distritos.

O estudo do IESE, realizado em parceria com a HELVETAS Swiss Intercooperation, teve como objectivo analisar o Fundo de Investimento Distrital (FID), prestando mais atenção à sua natureza, seu funcionamento e sua capacidade de responder às necessidades locais, sobretudo no que respeita à questão do acesso aos serviços de abastecimento de água e saneamento para as populações locais.

De modo geral, o relatório aborda o quadro legal e institucional e de políticas públicas do sector de águas, em Moçambique, e discute o processo de descentralização e suas implicações para o sector de Água e Saneamento, ao nível local. Além disso, o estudo olha para o processo de planificação e orçamentação, tomando como principal enfoque o sector de água e saneamento, discute também os mecanismos de orçamentação e financiamento do sector de água e saneamento e o processo de planificação e orçamentação, no sector de águas, nos distritos de Nacarôa e Chiúre, prestando mais atenção ao processo de financiamento das infra-estruturas de água e saneamento.

Por fim, o estudo discute os factores que influenciam o investimento nas infra-estruturas de água e saneamento, a partir do FID, em Nacarôa e Chiúre.

Nesse sentido, conclui-se que, apesar da política de água e a legislação sobre a descentralização

serem claras, relativamente aos processos de participação comunitária na planificação, orçamentação e descentralização de fundos para o sector de Água e Saneamento, existe ainda resistência das autoridades provinciais e centrais em descentralizar os recursos, o que coloca os governos distritais sem recursos para investir nas infra-estruturas de água e saneamento.

Outro aspecto apresentado na referida análise tem a ver com a ausência de recursos, a influência política exercida pelos governos provinciais e o poder discricionário do administrador do distrito, para cumprir com as metas definidas no PQG⁹, para os diferentes sectores, aliado à inexistência de um fundo específico para água e saneamento, no FID, que torna o investimento, para este sector, deficitário.

A análise mostra, ainda, que o aumento do FID para as infraestruturas de água e saneamento passa não só pela unificação dos processos de planificação entre todos os actores que trabalham no sector de água e saneamento, mas também pelo empoderamento das comunidades, com vista a exigir explicações sobre a implementação do Plano Económico e Social e Orçamento do Distrito (PESOD's).

⁹ Plano Quinquenal do Governo

Recomendações:

O estudo identificou alguns assuntos prioritários que podem ser objecto de *lobby* para o aumento da percentagem do FID para construção e/ou reabilitação de infra-estruturas de água e saneamento, ao nível local.

Um dos primeiros pontos está relacionado com a redução do nível de conflitualidade e divergência entre os diferentes instrumentos de política ligados ao sector, seguindo-se a questão relacionada com a advocacia, junto dos parceiros e do governo, de modo a serem harmonizados os processos de planificação e orçamentação, ao nível local.

Além disso, o estudo recomenda, como assunto de advocacia, o aumento dos meios financeiros, por parte do governo, para dar resposta às responsabilidades descentralizadas para os governos locais, com vista à implementação de programas de Água e Saneamento, ao nível local.

Dentre outros aspectos, o estudo sugere que se incentive as comunidades e o sector privado locais a envolverem-se, activamente, na mobilização de financiamentos para o sector de Águas e para perceberem a vantagem de fazer negócio dentro do sector de água e saneamento.

Sociedade Civil promove processos participativos de planificação, orçamentação, transparência e prestação de contas, no distrito da Manhiça ...

A ONGAWA¹⁰ e a ACIDECO¹¹, com o financiamento da União Europeia (UE), estão a implementar, no Município e Distrito de Manhiça, um projecto donominado "Apoio à Sociedade Civil para promoção dos direitos de acesso à informação e liberdade de expressão, através da promoção da melhoria dos processos democráticos e participativos de planificação, orçamentação, transparência e prestação de contas".

¹⁰ ONG espanhola que trabalha no sector tecnológico, há mais de 25 anos

¹¹ Associação Interdominacional para Desenvolvimento da Comunidade

O projecto visa participar na melhoria da governação participativa e democrática, para atingir resultados de desenvolvimento humano e de redução da pobreza. Para a concretização da sua pretensão, o projecto tenciona promover a prestação de contas com acesso à informação de qualidade e responsabilização dos governos distrital e municipal, assim como da sociedade civil, a transparência na gestão dos bens públicos e comunitários e a divulgação das informações.

Na perspectiva de partilhar a experiência do Projecto anteriormente mencionado, a nossa reportagem conversou com Rosália Celeste Pechisso, Oficial de Programas, a nível da

ACIDECO, uma organização que integra a plataforma e, neste momento, é mentora do projecto, juntamente com a ONGAWA.

Como começou a parceria ACIDECO/ONGAWA?



Rosália Celeste Pechisso, Oficial de Programas da ACIDECO

Na conversa mantida com a nossa reportagem, Rosália Celeste Pechisso revelou que a parceria começou quando a organização que representa levava a cabo actividades de âmbito de *Lobby* e *Advocacia*, a nível da área Municipal, num projecto denominado *Um Município uma Comunidade Unida e Participativa*. Com efeito, nessa altura, de acordo com Rosália, a ACIDECO fez uma Auditoria Social, no que tange à expansão da rede de água, um projecto financiado pelo MASC¹² e como resultado da referida auditoria, a ONGAWA interessou-se pelos dados que vieram do estudo de base efectuado pela ACIDECO, que mostrou fragilidades em relação à expansão da rede de água e às organizações da Sociedade Civil. Neste contexto, em resposta a um desafio da União Europeia, com vista à expansão da rede de água do Município da Manhiça, a ONGAWA e a ACIDECO concorreram juntas e foi nesta senda que esta última organização, de acordo com Rosália, capacitou a plataforma, para melhorar a participação da Sociedade Civil no processo de planificação participativa, no distrito e Município da Manhiça.

¹² Mecanismo de apoio à Sociedade Civil

Conclusões do Estudo de base para avaliação da participação das comunidades nos processos de planificação

A ACIDECO, de acordo com Rosália, auscultou, junto às comunidades, como é que estas participavam nos processos de planificação e como é que tinham acesso à informação, que era para saber como apoiar a Sociedade Civil (plataforma distrital) e as próprias administrações públicas, particularmente nas áreas de Saúde, Água e Saneamento e Educação.

Concretamente, a preocupação da ACIDECO, nas palavras da sua representante, era ver como é que a Sociedade Civil (plataforma) podia participar nos processos de planificação participativa e ter acesso à informação, por um lado, e, por outro, como é que o governo podia responder às necessidades da comunidade, nos processos de planificação participativa e também quais os canais que podiam ser usados para a divulgação da informação. Neste âmbito, o estudo de base realizado concluiu que, para além das presidências abertas e encontros comunitários, existem canais que o governo pode usar como, por exemplo, as rádios comunitárias (3 rádios), para que as comunidades tenham acesso à informação.

Sociedade Civil e Administração Pública capacitadas em Direitos Humanos ...

O projecto, segundo a nossa interlocutora, ministrou várias formações em Direitos Humanos, que beneficiaram não só as associações que compõem a Plataforma da Sociedade Civil, mas também as Administrações Públicas, para permitir a observância de direitos humanos, sobretudo nos processos de planificação. Neste contexto, prosseguiu a nossa fonte, após a formação, foi criado um grupo focal e multisectorial (Sociedade Civil e Administração Pública), para fazer o levantamento da evolução dos direitos humanos, nos 3 sectores contemplados no projecto: Saúde, Água e Saneamento e Educação. “Importa referir que a área do EBDH¹³ é transversal, porque formamos, também, em ferramentas de incidência onde escolhemos o cartão de pontuação comunitária (CPC)”, acrescentou Rosália.

¹³ Enfoque Baseado em Direitos Humanos

Cartão de Pontuação Comunitária (CPC) usado nas 3 áreas temáticas do projecto

No âmbito do Projecto, de acordo com Rosália Pechisso, foi criado o grupo que vai usar o CPC, nas 3 áreas temáticas mencionadas anteriormente, e está-se agora a efectuar a apresentação do grupo, ao nível do Governo do distrito e governos locais (Postos Administrativos), onde o CPC vai ser aplicado. Adicionalmente, acrescentou a fonte, foram desenhadas 3 formações e levantados os Termos de Referência sobre os processos de planificação participativa e orçamentação.

Planificação Participativa, Transparência e Prestação de Contas são um desafio....

A representante da ACIDECO referiu que o projecto é um grande desafio, porque, quando se fala em planificação participativa, transparência e prestação de contas há sempre barreiras, todavia, acredita que as mesmas são ultrapassadas, com uma boa coordenação e um bom esclarecimento sobre o objectivo do projecto e os governantes acabam percebendo a importância da participação, da transparência e da prestação de contas, no âmbito da monitoria das necessidades das comunidades, em função do planificado. A título de exemplo, Rosália Celeste afirmou que não foi fácil, principalmente na área Municipal, a adesão ao projecto, e foi necessário capacitar a plataforma, para que fosse conhecida, a nível do distrito, tendo em conta que era uma organização sem visibilidade e que não era vista como relevante, pelo Conselho Municipal. “Após a sua capacitação, a Plataforma passou a ser reconhecida, pelo Município, como um canal válido para desenvolver as comunidades”, realçou Rosália.

A Plataforma Distrital da Manhiça passou a ser envolvida em eventos do Município...

Ultrapassados os desafios anteriormente mencionados, segundo Rosália, a plataforma já participa em eventos do Município, o que é bom, porque consegue expressar os seus sentimentos e isso significa um caminho aberto e, nessa perspectiva, a voz das Organizações da Sociedade Civil (OSC) faz-se sentir, ao nível dos processos de planificação. “A Sociedade Civil da Manhiça tem relações muito boas com o Governo do Distrito, há uma abertura nos processos de auscultação comunitária para a elaboração do PESOD e

também no plano estratégico de desenvolvimento do distrito”, enfatizou Rosália Pechisso.

A Planificação Participativa é a base da boa governação ...

Na perspectiva da nossa fonte, a planificação participativa possibilita a identificação das reais necessidades das comunidades, que devem estar reflectidas na planificação e com uma cobertura orçamental, pois só assim ter-se-á uma boa governação.

Sobre a ONGAWA

A ONGAWA é uma ONG espanhola que trabalha no sector tecnológico, com mais de 25 anos. Em Mocambique, começa a trabalhar em 2010, na província de Cabo Delgado, e a posterior, começa as suas acções na Manhiça (no Município), através de vários projectos de provisão de infra-estruturas de Água e Saneamento. De acordo com Vasco Cote, coordenador da ONGAWA, em Setembro de 2017, terminou o projecto da ONGAWA intitulado “Melhoria das condições de vida da população da vila da Manhiça, através da redução das doenças derivadas do uso de água salubre e da falta de saneamento”, disse a fonte.

Actualmente, segundo Vasco Cote, a ONGAWA está a trabalhar com um projecto de boa governação financiado pela União Europeia, intitulado *Apoio da Sociedade Civil para a promoção dos direitos de acesso à informação e liberdade de expressão, através da melhoria dos processos democráticos e participativos de planificação, orçamentação, transparência e prestação de contas, no Município e distrito da Manhiça*. “É através deste projecto que temos relação com a plataforma distrital da Manhiça, no sentido de dar vazão ao espaço que a sociedade civil da Manhiça encontra, dentro dos eventos do Município e distrito da Manhiça”, esclareceu Vasco.

Plataforma revitalizada para conseguir espaço no processo de governação ...

A plataforma da Sociedade Civil da Manhica, composta por 22 organizações, foi formada há mais de 25 anos, mas, até o aparecimento do projecto da ONGAWA/ACIDECO, não tinha ainda conseguido um espaço nos processos de governação Municipal e distrital, devido à sua própria organização e à falta de acções visíveis da plataforma, aos olhos das autoridades locais.

Segundo Vasco Cote, na perspectiva do fortalecimento da Sociedade Civil, a plataforma foi revitalizada pelo projecto da ONGAWA, através da organização de uma assembleia geral, na qual foram eleitos todos órgãos sociais da plataforma. Posteriormente, de acordo com o coordenador da ONGAWA, foram levadas a cabo várias formações, com destaque para a ferramenta denominada Enfoque Baseado nos Direitos Humanos (EBDH), direccionadas às OSC e às autoridades locais.

Uma outra acção revelada pela nossa fonte foi a criação de um grupo de natureza transversal, que reúne duas vezes, em cada dois meses, que aborda todas as questões do interesse da Sociedade Civil e da comunidade em geral, com enfoque nos sectores de Educação, Saúde e Água e Saneamento.

CPC ajuda a Sociedade Civil a dar voz às preocupações das comunidades...

O nosso interlocutor informou, à nossa reportagem, que a Sociedade Civil foi formada em matéria de ferramentas de incidência, com destaque para o uso do CPC, de modo a dar voz às preocupações das comunidades, ajudá-las a solucionar os seus problemas, a nível local, e reportar, às autoridades locais, aquilo que não é possível resolver, localmente. Trata-se, segundo Vasco, de uma actividade que será levada a cabo em todos os postos administrativos, incluindo a área Municipal.

Formação em planificação e orçamentação participativa

Neste momento, de acordo com Vasco Cote, está em processo a contratação de um consultor, para desenhar a formação em planificação e orçamentação participativa. Esta formação vai abranger não só a Sociedade Civil como as autoridades locais, sobretudo o sector da

planificação, e visa fazer valer os interesses das comunidades e da Sociedade Civil, por via do uso de ferramentas de seguimento do orçamento, para poderem monitorar o orçamento do PESOD e PESOM¹⁴ 2018.

Uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) para mobilizar a participação comunitária



Vasco Cote, coordenador da ONGAWA

Segundo Vasco Cote, o projecto está a dar capacitação em matéria de uso de TIC's, para mobilizar a participação comunitária, com recurso à plataforma online, designadamente SMS, Blog da plataforma, chamada a voz das associações, e também, durante 3 meses, 3 rádios comunitárias do distrito da Manhica promoveram as acções das associações, dentro da plataforma, para se poder dar voz às organizações e visibilidade das acções dessas organizações da Sociedade Civil. "Por outro lado, para a partilha de informação com as comunidades, produzimos um boletim Informativo que espelha as acções, tanto do Governo distrital como do Município", acrescentou Vasco.

Participação da Sociedade Civil em encontros de tomada de decisão: ainda é um desafio

Neste momento, de acordo com Vasco, a nível do Município, a Sociedade Civil começou a participar nas sessões da Assembleia Municipal e é nesses espaços onde a SC pode opinar e influenciar para a mudança e isso representa um ganho, comparativamente ao passado.

As ambições do projecto, venceu Vasco, vão

¹⁴ Plano Económico, Social e Orçamento do Município

para a revitalização dos Consultivos Consultivos (CC) e a pretensão é os membros da sociedade civil serem capacitados nesses Conselhos, de modo que possam influenciar alguma mudança, sendo eles membros desse órgão de tomada de decisão.

O Desafio é a representatividade da SC nos CC

Em termos de percentagem, Vasco Cote referiu que 40 % da representatividade, no Conselho Consultivo, é de líderes comunitários, o que representa um desafio, todavia, é mais um espaço, embora com alguma limitação, que pode ser usado para influenciar mudanças.

A SC passou a perceber que solicitar e ter acesso à informação é um direito das comunidades...

Na conversa que mantivemos com Tomás Boane, da Associação Cultural Xingomane, este enalteceu que, com a capacitação ministrada pelo projecto, em matéria de direitos humanos, a SC passou a perceber que solicitar e ter acesso à informação referente às comunidades é um direito, daí haver titulares de dever (governo) e de direito (comunidade), mas, dentro desses mesmos direitos, a comunidade tem deveres, como, por exemplo, o pagamento de Impostos. “Este cenário criou condições para a Sociedade Civil interagir com o governo”, disse Tomás. A nossa fonte realçou ainda que a ACIDECO ministrou a ferramenta de incidência, parte que usa o dispositivo Cartão de Pontuação Comunitária (CPC), em que o grupo visado pede audiência

para falar com as autoridades governamentais, nos sectores prioritários, e recebe uma credencial para interagir com os Postos Administrativos, de modo a apresentar o trabalho que vai lá fazer e, a partir daí, interagir directamente com a comunidade.

Plataforma da Sociedade Civil do Distrito da Manhiça faz Auditoria Social, nas comunidades..

Na conversa mantida com a nossa reportagem, o presidente da Plataforma distrital da Sociedade civil do distrito da Manhiça, Elias Raul Seth, informou-nos que a organização que preside é constituída por 22 associações, e tem feito Auditoria Social, nas comunidades, usando várias ferramentas ministradas pelas organizações que trabalham com a plataforma, com maior atenção para a ONGAWA/ACIDECO. Concretamente, Elias Seth destacou ferramentas como o Enfoque Baseado nos Direitos Humanos (EBDH) e o CPC, usado para medir até que ponto os serviços básicos são providenciados para as comunidades.

Para Elias Seth, o uso do EBDH e do CPC ajuda, sobremaneira, a identificar as necessidades reais do distrito e isso levou a própria ONGAWA a intervir em auxílio ao Município, através da construção de um Mini-sistema de Água e do apoio ao Conselho Municipal na limpeza e tratamento de água dos tanques. Como resultado da intervenção da ONGAWA, enalteceu a nossa fonte, muitas pessoas já se beneficiam de água e, na área Municipal, o Conselho Municipal está a conseguir responder à demanda.

Em que consiste o uso do CPC?

Segundo a explicação de Tomás Boane, a comunidade pontua em função do seu nível de satisfação, por exemplo, na área da Água e Saneamento, depois, avalia-se o cenário e tem-se evidências, para serem reportadas como concretas. Posteriormente, de acordo a nossa fonte, é realizada uma reunião, onde a comunidade está representada, e lê-se o relatório elaborado, a partir da pontuação efectuada pela comunidade, certifica-se a conformidade dos dados do documento com os factos que constituem preocupações da comunidade e marca-se um dia para se fazer o plano de acção, com a contribuição de representantes da comunidade, que vai ser integrado na planificação. Este exercício é útil pois a comunidade, por exemplo, vai dimensionar questões de saneamento e o governo vai tomar medidas tendentes a resolver essas questões e a comunidade terá oportunidade de fiscalizar o cumprimento do planificado.

Sociedade Civil mais interventiva e participativa nos eventos do distrito...

A parceria da Plataforma com a ONGAWA tem trazido algumas mudanças, na óptica de Elias Seth, uma vez que a Sociedade Civil (plataforma) passou a marcar mais presença nos eventos políticos/culturais. Presentemente, segundo o nosso interlocutor, está-se a discutir, com o governo, de que forma os membros da plataforma podem ser integrados nos conselhos consultivos, para assessorar as comunidades, ou seja, para dar voz a quem não tem e representação à comunidade, dentro dos eventos do governo. “Somos interlocutores válidos para o governo e para a comunidade e também somos intermediários”, completou Elias.

O abastecimento de água e o saneamento melhoraram...

Na óptica de Elias Seth, o saneamento melhorou, com a parceria entre a Plataforma e a ONGAWA/ACIDECO. Concretamente, como resultado da identificação, por parte da plataforma, em interacção com a comunidade, dos problemas que afligem as comunidades, nas componentes de água e saneamento, o projecto liderado pela ONGAWA apoiou o Governo Municipal na compra de motorizadas para efeitos de monitoria das fontes de água, bem como a lidar com o saneamento (limpeza de vias públicas e balneários), e ainda construiu casas de banho, no mercado de Xigoduene, e fê-lo em representação da plataforma.

ONGAWA capacita as OSC em cidadania...



Elis Seth, presidente da Plataforma da Manhica

O projecto da ONGAWA, com a plataforma, abarca todo o distrito e consiste na promoção do direito de acesso à informação e liberdade de expressão em 3 áreas: saúde, educação e água e saneamento. Concretamente, a ONGAWA

capacita as organizações da sociedade civil para saberem exigir os seus direitos e assumirem as responsabilidades como cidadãos.

A Parceria entre o Município da Manhica e a ONGAWA é muito boa

Em conversa com a nossa reportagem, Bento Macamo, chefe do Departamento de Planificação e Orçamento do Município, considerou a ONGAWA um bom parceiro, ao nível do sector de Água, uma vez que, a título de exemplo, ajudou na extensão da rede de água do Município, para além de prestar apoio, sempre que o Município tem problemas, na aquisição e manutenção de bombas de água.

Bento Macamo, para além de enaltecer as formações ministradas, no âmbito do projecto ONGAWA/ACIDECO, à Sociedade Civil e à Administração Pública, manifestou a sua satisfação pela contribuição dada pelo projecto nas acções de planificação junto dos Conselhos Consultivos (CC). Outro facto realçado pela nossa fonte é que, nas sessões de preparação do orçamento, onde são apresentadas as necessidades que as comunidades têm, a nível da água, são convidados os líderes comunitários, chefes de quarteirão e secretários dos bairros, para se fazer uma aferição das necessidades. As acções de formação dirigidas à Sociedade Civil e à Administração Pública, em

Direitos Humanos e Planificação Descentralizada, foram também destacadas por Bento, uma vez que contribuem para que a planificação seja adequada às necessidades reais das comunidades e a prova disso é que, para o plano de 2017, foi coberto tudo que foi o levantamento da Sociedade Civil, a nível dos bairros.

Relacionamento do Município com a sociedade Civil (SC) é positivo

Avaliando o relacionamento entre o Município e a SC, Bento defendeu que a interacção do Município com os bairros é boa porque, em todas as datas comemorativas, faz-se o levantamento e apresenta-se o relatório das actividades realizadas pelo Município e colhe-se a lista de necessidades das comunidades e a avaliação do trabalho do Município, por parte da comunidade, é positiva.

A interacção do Município com a Sociedade Civil ajuda a melhorar a governação...

Bento assegura que a interacção entre o Município e a Sociedade Civil é directa e ajuda a melhorar a governação. A título de exemplo, o nosso interlocutor disse que, nas sessões da Assembleia Municipal, a Sociedade Civil fala e o Município apercebe-se que tem que melhorar o seu desempenho. No âmbito da boa governação, Bento revelou, à nossa reportagem, que, em 2017 o orçamento foi Participativo, por bairro, e a ideia é dar-se, às comunidades,

explicações sobre o emprego do dinheiro, em função da adequação ao orçamento, tudo monitorado pela própria comunidade.

A interacção entre a Sociedade Civil e o Governo melhorou...

Com o intuito de medirmos a capacidade da Sociedade Civil para interagir com o Governo, conversamos com alguns Municípes da Manhíça. Lúcia Mouzinho Machai, secretária da plataforma, por exemplo, reconheceu que, com o projecto de apoio à sociedade civil liderado pela ONGAWA, os Municípes adquiriram conhecimentos sobre direitos humanos e princípios de cidadania e passaram a saber o que é ser cidadão na verdadeira acepção da palavra. Para Lúcia, há melhorias no relacionamento da Sociedade Civil com as autoridades governamentais, porque a capacitação proporcionada pela ONGAWA abrangeu membros do governo e estes agora entendem que a água e o saneamento são um direito do cidadão. Já Djimo João Manuel, presidente da ADEMO¹⁵, mostrou-se convicto que a Sociedade Civil trouxe uma outra dinâmica ao distrito da Manhíça, porque, através da sua participação, nas sessões do Governo e do Município, coloca ideias e é ouvida e, dessa forma, o governo fica a saber quais são as dificuldades reais das comunidades”.

¹⁵ Associação dos Deficientes de Moçambique

Transparência na Governação de Águas

– Um convite para debate

Por Artur Matavele

O mundo e, principalmente, os países em desenvolvimento debruçam-se com a crise de Água que afecta, maioritariamente, grupos sociais marginalizados (pobres residentes nas áreas peri-urbanas e rurais) e que constitui “uma crise de governação” (UNESCO, 2006, p.1). Portanto, não é, simplesmente, por falta de recursos hídricos no mundo que as pessoas não têm acesso à água, mas sim pela falta de estabelecimento de processos, mecanismos e procedimentos que permitam a participação do cidadão na sua pluralidade, para uma efectiva e eficaz provisão dos serviços.



Artur Matavele

A governação, um conjunto de sistemas que controlam a tomada de decisões, tem na transparência um pilar para a sua sustentabilidade. A transparência permite que uma vasta gama de informação seja, por direito, acessível e que os procedimentos de tomada de decisão sejam claros e os cidadãos tenham canais abertos para interagirem com os agentes do Estado e, desse modo, monitorarem e avaliarem todos aspectos das actividades em implementação. Portanto, se tomarmos como exemplo o sector de águas, a boa governação deve permitir que os cidadãos estejam informados e participem na tomada de decisão e até na denúncia de casos de má conduta protegendo, dessa forma, os seus direitos. O reconhecimento do direito humano à água veio reforçar esta necessidade de transparência e integridade na gestão dos recursos hídricos.

A legislação de Águas, em Moçambique, procura, de certa forma, buscar elementos de participação dos beneficiários. Neste contexto, a Política de Águas (2007) estabelece que, “para garantir sustentabilidade e o uso racional dos recursos, será promovida a participação das comunidades e utentes da água, com ênfase no papel da mulher no planeamento, implementação, gestão, utilização e manutenção das infraestruturas de abastecimento de água e saneamento, de forma que as soluções adoptadas correspondam aos desejos e capacidade económica das comunidades. O grau e formas de participação serão adaptadas às condições locais e ao nível de serviço prestado”.

O modelo mais comum de participação do cidadão nacional na gestão dos sistemas de abastecimento de água é através dos comités da água, nas zonas rurais. Nas zonas urbanas, embora exista o Conselho de Regulação de Água, a participação do cidadão ainda não é clara. Os comités de água, nas zonas rurais, têm inconsistências em termos de capacidade, competência e prática. Provavelmente, o facto da maioria dos projectos e recursos para o abastecimento de água ter financiamento externo, por via de agentes diversos, com abordagens diferenciadas, fragiliza a implementação do estabelecido na legislação. Os comités de água nem sempre entendem o carácter de longo prazo que devem ter, o que faz com que, quando num

grupo há desistências, por exemplo, dificilmente há substituições das pessoas que saíram e, por vezes, a falta de mecanismos de governação interna dos comités (transparência e responsabilização na gestão da manutenção das fontes de água), que lhes permita participar na tomada de decisão, nos assuntos relativos a água, nas áreas onde eles residem, traduz-se na ineficácia do abastecimento de água.

A participação tem como fim a monitoria e avaliação do desempenho dos agentes do sector de Água e Saneamento de modo a possibilitar a denúncia de más práticas e proteger os direitos dos cidadãos, todavia, em Moçambique, ainda há desafios imensos. Não obstante a Política de Águas estabelecer mecanismos para participação, razões de ordem social, económica e mesmo cultural, têm vindo a propiciar a não ocorrência da participação e conseqüente falta de transparência na governação do sector, pois existem limitações do uso de espaços de participação do cidadão, o que prejudica, sobremaneira, o desenvolvimento do sector de águas. Perante este cenário, para a boa governação do sector, dever-se-ia privilegiar a transparência através do seguinte:

- Aumento da eficiência dos serviços distritais, departamentos, nos níveis provincial e nacional, para a melhoria do envolvimento do cidadão, sendo necessário, para o efeito, a disseminação das políticas, planos e projectos existentes;
- Publicação dos direitos e deveres dos cidadãos, em relação a água e saneamento;
- Aumento da prestação de contas, através da melhoria da supervisão dos funcionários e da realização de práticas de avaliações de desempenho não programadas;
- Disponibilização, ao cidadão, dos planos e realizações do sector;

A transparência, a participação e prestação de contas pressupõem informação e espaços para participação da Sociedade Civil, sendo assim, porque não pensar em encontros do sector com a sociedade civil, principalmente na perspectiva do acesso universal à água e ao saneamento em 2030?